


**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
HORTOPREV**

1 No dia 05 de maio de 2021, às 09h30 horas, **por convocação extraordinária do**
2 **Diretor Superintendente do Hortoprev**, reuniram-se os membros do Comitê de
3 Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Hortolândia, a
4 saber a Sr. **Agnaldo Messias Rodrigues** - representante do Hortoprev, o Sr.
5 **Jefferson Ribeiro de Freitas** – representante do Hortoprev, o Sr. **Hélio Soares de**
6 **Oliveira** - representante da Secretaria Municipal de Finanças, estando ausente o Sr.
7 **Cristiano Rezende Penha** - representante da Secretaria Municipal de Finanças. A
8 reunião ocorreu por teleconferência (por conta da situação da pandemia do covid-19)
9 e na sede do Hortoprev em sua sala de reuniões, na Rua Alda Lourenço Francisco,
10 nº 160, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP. Presentes ainda os ocupantes das
11 cadeiras da Diretoria Executiva e outros servidores, a saber, Sr. Antonio Agnelo
12 Bonadio (Diretor Superintendente), Sr. Alcir Furtado Pesse (Diretor Adm-Financeiro e
13 Gestor de Recursos) e Sr. Leonardo D. A. Facchini (economista e secretário desta
14 reunião), sendo estes apenas com direito a voz nesta reunião, mas não a voto. A pauta
15 da reunião e as deliberações ocorreram da seguinte forma: **1. Discussão sobre**
16 **propostas de investimentos em renda fixa considerando: fluxo atuarial presente**
17 **e futuro, fluxo orçamentário, cenário macroeconômico e política de**
18 **investimentos:** Dado a abertura a reunião e o agradecimento à todos os presentes,
19 explicou-se que a presente reunião extraordinária se dá em face da apresentação de
20 proposta para complementação à última recomendação do Comitê de Investimentos
21 elaborada no último dia 20 de abril quanto à movimentações em renda fixa, a fim de
22 encaminhar ambas as propostas – caso aqui deliberadas favoravelmente – ao
23 Conselho de Administração de uma única vez. Restou claro que a recomendação
24 anterior (de aporte de 10 milhões no fundo de Gestão Estratégica da Caixa) se
25 permanece inalterada e será levada devidamente ao Conselho Administrativo em sua
26 próxima reunião ordinária. Inicialmente, os diretores e corpo técnico, bem como o
27 membro do comitê Agnaldo Messias, ao avaliar as carteiras estratégicas de renda fixa
28 dos bancos de primeira linha notaram que há recomendação de redução forte das
29 posições nos fundos de títulos públicos pré-fixados que não sejam e curtíssimo prazo
30 (a título de exemplo, a Caixa Econômica recomenda 0% para ativos IRF-M e sugere
31 um corte de metade das posições em IRF-M 1+ em abril de 2021; o Banco do Brasil
32 sugeriu em apresentação institucional zerar posicionamentos em IRF-M; etc.).
33 Ressaltou-se ainda que em anos anteriores, quando houve o ciclo de queda das taxas
34 de juros e contenção da inflação, o instituto ampliou o posicionamento em fundos IRF-
35 M e capturou ganhos com esta estratégia, contudo, desde a estabilização da meta
36 SELIC em um patamar baixo e o advento de juros reais negativos o instituto veio
37 reduzindo suas posições em IRF-M de forma a minimizar os riscos e realizar os lucros
38 das operações (em outros termos, de forma gradual e leve, o instituto já tinha adotado
39 esta linha de raciocínio). A despeito de qualquer recomendação externa, o momento

40 atual requer análise se há necessidade de reduzir ainda mais o posicionamento neste
41 tipo de ativo. Isto posto, os presentes refletiram sobre o funcionamento do movimento
42 dos preços dos fundos IRF-M, especialmente quanto as alterações nas projeções de
43 risco fiscal, inflação implícita, meta SELIC, etc., e os impactos em cotas destes fundos
44 decorrentes de tais variações (considerando a marcação a mercado). Balizado pelo
45 boletim FOCUS, pelas curvas de juros ETTJ (ANBIMA) e pelas curvas de juros do DI
46 futuro, demonstrou-se onde estão (sob a ótica do mercado) as projeções atuais de
47 risco fiscal do governo, inflação implícita, taxa SELIC, entre outros dados gerais.
48 Ponderou-se então, de forma geral, que a motivação da redução de exposição dos
49 fundos IRF-M por tais “carteiras recomendadas” se resume a um pessimismo com
50 relação ao cenário fiscal de médio prazo e ao cenário inflacionário de curto prazo –
51 que é o cenário base deste comitê de investimentos. O grupo então passou a refletir
52 sobre as questões expostas e avaliar se movimentações de reduções de posições
53 IRF-M fazem sentido à carteira do instituto, e chegaram as seguintes conclusões: (i)
54 a retomada econômica pós-covid 19 ainda não aconteceu no Brasil, e quando ocorrer
55 futuramente (quando a confiança doméstica for retomada), supõe-se que haverá uma
56 pressão inflacionária acima do esperado; (ii) a taxa SELIC pode não subir a níveis
57 acima dos projetados nas curvas DI por conta do risco fiscal embutido nesta ação,
58 uma vez que boa parte da dívida pública está atrelada às LFTs, e portanto, a taxa
59 SELIC pode não vir a ser a âncora esperada para conter o avanço inflacionário
60 (embora estejamos em movimento de ascensões de juros); (iii) existem grandes
61 pressões sobre o lado produtivo brasileiro, principalmente envolvendo a confiança do
62 empreendedor face a incapacidade de reformas produtivas que aumentem a eficiência
63 na esfera da oferta, e uma certa estagnação da oferta gera pressões nos preços; (iv)
64 o câmbio, se passar a se desvalorizar além do projetado, pressionaria a inflação e
65 uma das formas de conter o fluxo cambial é subir a taxa SELIC, contudo, espera-se
66 que os níveis de SELIC não subirão além do projetado pelo mercado – como já
67 abordado no item ii; (v) o estímulo monetário das taxas de juros baixas, a um nível de
68 produção estável (citado no item iii), produz efeitos inflacionários; (vi) existem muitos
69 embates políticos que diminuem a probabilidade de reformas econômicas que
70 melhorem a percepção do risco fiscal brasileiro; (vii) a sociedade, como um todo, se
71 mostra em uma situação de queda de renda e emprego e, portanto, dependência de
72 ações governamentais que tendem a elevar o gasto público. Outros fatores foram
73 abordados de cunho macroeconômico. Assim sendo, a realocação de ativos pré-
74 fixados para ativos indexados à inflação torna a carteira do instituto mais protegida em
75 cenários inflacionários. Considerando que a migração seria para ativos de vencimento
76 curto, a volatilidade da carteira seria mantida ou reduzida. Soma-se ao fato de que os
77 critérios de resgate destes fundos são similares e, portanto, não haveria impactos nos
78 fluxos financeiros de curto, médio ou longo prazo do instituto. Desta forma, preferindo
79 a proteção contra o aumento do nível de preços com um grau de volatilidade
80 semelhante, os membros adotaram as argumentações a favor de uma movimentação
81 financeira de forma e aprimorar ainda mais a carteira do instituto neste cenário. Restou

82 decidido, por unanimidade dos membros presentes, recomendar o resgate de 30
83 milhões de reais do FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M TITULOS
84 PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO e aplicar este mesmo montante no FUNDO
85 DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TITULOS PUBLICOS RENDA
86 FIXA LONGO PRAZO – ambos dentro da Caixa Econômica Federal, devidamente
87 credenciados. Finda a reunião, saem todos os presentes as 11h15 horas, e eu,
88 **Leonardo D. A. Facchini**, , que redigi esta ata, firmo em
89 conjunto com os demais.

Comitê de Investimentos:

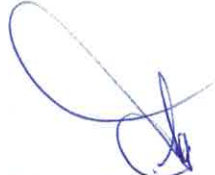

Agnaldo Messias Rodrigues
Comitê de Investimentos - Hortoprev
APIMEC CGRPPS



Jefferson Ribeiro de Freitas
Comitê de Investimentos - Hortoprev
APIMEC CGRPPS



Helio Soares de Oliveira
Comitê de Investimentos – PMH/SMF
APIMEC CGRPPS


Cristiano Resende Penha
Comitê de Investimentos – PMH/SMF
APIMEC CGRPPS

Demais Presentes:


Antonio Agnelo Bonadio
Diretor Superintendente
APIMEC CGRPPS


Alcir Furtado Pesse
Diretor Adm-Financeiro e Gestor de
Recursos
CPA-10


Leonardo D. A. Facchini
Economista
CORECON/SP 33937